

EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO NO ÂMBITO DA FAMÍLIA DENTRO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE AS MULHERES O MST-PE E AS DO MMTR-NE

Resultado de Investigación Finalizada.

GT 05 – Desarrollo rural, globalización y crisis.

Iasmim de Araujo Vieira
Universidade Federal de Pernambuco - CAA

RESUMO:

Neste artigo discutimos os resultados de uma pesquisa realizada sobre as experiências de produção que as trabalhadoras rurais ensinam as suas filhas. No trabalho investigamos especificamente o Movimento de trabalhadores sem Terra e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste do Brasil, movimentos que desenvolvem experiências e relações de produção de caráter contra-hegemônico em relação as estruturas produtivas capitalistas. As reflexões estão baseadas no estudo da Sociologia das Ausências e o campo social da produção. Metodologicamente a pesquisa parte da abordagem qualitativa, com Análise de Conteúdo e Método do Caso Alargado. Os resultados indicam que os princípios cooperativistas próprios dos movimentos se expandem para o espaço familiar permeando as relações entre mães e filhas, garantindo a continuidade das lutas.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Sociais do Campo, Mulheres, Campo Social da Produção.

1. Introdução

Este artigo está integrado na produção do projeto de Pesquisa “A Mulher nos Movimentos Sociais do Campo – Identidades, Saberes de Luta e Educação: Um Estudo Comparado entre as Mulheres do Movimento Sem Terra e as do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste”, financiado pelo CNPq na categoria de projeto de produtividade científica, e se refere a aspectos importantes da conclusão da pesquisa de Iniciação Científica (IC) que está atrelada a esta pesquisa maior.

A pesquisa de IC que está concluída, tem por objetivo geral conhecer experiências políticas que as trabalhadoras rurais ensinam às suas filhas nos vários campos sociais¹ em que atuam, dentro deste, tem por objetivos específicos identificar as experiências políticas no campo dos conhecimentos, reconhecimentos, democracia e produção que as trabalhadoras rurais ensinam, no âmbito da família, às novas gerações de trabalhadoras rurais.

Para este trabalho nos voltamos à discussão das experiências de produção que trabalhadoras rurais vivenciam e ensinam as suas filhas. Por experiências de produção entendemos aquelas que lidam com os modos de organização e meios de produção do trabalho e para a geração de renda. Tais experiências se situam no âmbito de ações contra hegemônicas protagonizadas por atores sociais que projetam mudanças

¹ . Esses campos sociais são descritos pelo quadro teórico da Sociologia das Ausências de Boaventura de Sousa Santos (2003), como campos sociais onde mais provavelmente as experiências contra hegemônicas se revelarão como alternativas credíveis e disponíveis.

estruturais nas relações sociais, assim nos utilizamos da Sociologia das Ausências como ferramenta epistemológica para identificar as experiências disponíveis e torna-las visíveis.

Para refletir sobre as relações de gênero que permeia o universo peculiar das mulheres trabalhadoras rurais, como discutimos sobre as relações que mães estabelecem com as filhas dentro de dois movimentos sociais do campo, um que possui um setor de gênero e outro especificamente um movimento que discute as questões das mulheres rurais, utilizamos principalmente Rodrigues *et. al.*(2010), pelas contribuições que o conjunto de autores/as elaboram sobre gênero e geração em contextos rurais.

Para apresentar nossas reflexões, organizamos o artigo da seguinte forma: uma breve reflexão sobre a Sociologia das Ausências e o campo social da produção, em seguida situaremos a mulher rural nas relações de gênero e suas peculiaridades. O Caminho metodológico será apresentado e finalizamos com as apresentações e análises dos casos.

2. Mulheres Rurais

Os estudos que giram em torno sobre a questão da mulher passam a ganhar corpo e ter visibilidade com o crescente aumento de movimentações civis que denunciam a subalternização da mulher, sobretudo por volta da metade do século XX. Mesmo com o registro histórico de conquistas e lutas protagonizadas por mulheres no final do século XIX e início do século posterior, com a pauta do sufrágio enquanto meta primordial de alcance, o que viria a tornar-se o movimento feminista com múltiplos objetivos e formas de reivindicações só se solidifica na década de 1970.

Embora a origem do movimento feminista tenham pautado questões relativas às mulheres brancas e de classe média, sua disseminação atinge outras categorias de mulheres que passam, por sua vez, a discutir os elementos denunciados pelo movimento feminista com aspectos relativos às suas vivências enquanto mulheres específicas. Nesse contexto, surge, por exemplo, grupos de mulheres negras que unindo às questões de gênero e raça² passam a elaborar estratégias de luta. Desta mesma forma a discussão feminista passa a invadir outros espaços construindo laços com outras reflexões. No que se refere ao contexto rural, à imersão das questões de gênero tem de forma direta ou indireta ligação com a efervescência social produzida por grupos de mulheres nas áreas urbanas. Influenciado por todo esse cenário, grupos de mulheres com a perspectiva feminista ou setores que discutem gênero dentro de outros movimentos sociais do campo passam a se organizar.

Tentar compreender o universo que liga as questões de gênero em contextos rurais requer olhares especiais, exige, tal como Scott (2010) salienta uma “atenção específica que permita desvendar a vivência de uma ruralidade cada vez mais emaranhada em complexas teias de poder e de significação”. (p.17). Esta realidade nos impulsiona a refletir a posição da mulher tendo a sua espacialidade como um dos elementos fundamentais de análise, haja vista que esta condição interfere substancialmente nas formas que se vivenciam suas feminilidades. Sobre isto, Scott (2010) considera.

Seja qual for o seu local de residência ou de trabalho, cada pessoa vive um mundo permeado por culturas edificadas por simbolizações que atribuem, diferencial e dinamicamente, a homens e mulheres, e a crianças, jovens, adultos e idosos, certas características. Desta maneira, o campo está aberto para a elaboração de estratégias de colaboração e de conflito que têm consequências muito significativas para quem mora no ou vive do mundo rural. (Scott, 2010, p.18)

² Raça enquanto categoria social

De fato, o autor quando fala sobre culturas edificadas e influentes que atribuem significados as pessoas que de alguma forma estão interligada ao mundo rural, nos possibilita refletir sobre outro aspecto importante que deve ser considerado nas análises que se destinam a investigar o campo.

Existe, assim como vários estudos de áreas diversas constatam, um histórico processo de exclusão que o campo como um todo sofreu, sendo ligado ao local que representa o atraso em detrimento da cidade que carrega todo o status de desenvolvimento e prosperidade. Graças às articulações feitas, sobretudo pelos movimentos sociais do campo este cenário vem sofrendo mudanças. Há forte presença de grupos que defendem a possibilidade e o reconhecimento da vida no campo como um todo, enquanto um modo de vida outro, mas não necessariamente em uma relação hierárquica e desvalorizada quando posta em relação com as áreas urbanas.

Na luta que propõe a legitimação do campo enquanto lugar propício de vida, que abriga múltiplas identidades, atrelada às questões relativas à luta das mulheres, que os movimentos sociais enquanto fruto dessas relações desiguais vão ganhando força, constituindo-se enquanto movimentos específicos de mulheres ou com núcleos de gênero em outros movimentos sociais, que as estratégias de lutas e resistências vão se forjando nestes contextos ganhando forças e caminhado no processo que visa uma mudança de realidades.

É na vivência com os movimentos sociais que as mulheres rurais passam por um processo de conscientização e de formação política, adquirindo forças e se organizando contra as relações opressoras as quais foram instaladas. Sobre esse processo de empoderamento, Rodrigues *et. al.* (2010) ressalta que

O movimento feminista tem papel fundamental nesse processo, pois vem se articulando com movimentos sociais, sindicais, de mulheres rurais e agricultoras para pensar como se dá a divisão sexual do trabalho, na agricultura familiar e no trabalho rural. O trabalho das mulheres rurais está tão ou mais “para além da dupla jornada” que o das mulheres urbanas. Ele corre uma jornada contínua que vai do amanhecer ao anoitecer, resultando na confusão entre as atividades domésticas e produtivas. De qualquer forma os estudos apontam para um empoderamento das mulheres rurais, ligadas à participação públicas em movimentos sociais. (RODRIGUES *et al.*, 2010, p. 72)

Ainda sobre esse processo de empoderamento das mulheres ao adentrarem o mundo dos movimentos sociais, o autor ainda considera que

A partir dessa nova configuração as mulheres vão adquirindo maior autonomia, que em alguns casos, acirra os conflitos na esfera doméstica, ocasionando muitas vezes o abandono do (ou pelo) marido e/ou agressões. Elas adquirem poder e passam a conviver com as duas faces advindas dele: a da potência e a da impotência, sendo a primeira adquirida por elas e a segunda sentida por eles, que são socializados para o exercício do poder e convivem mal com a impotência, como advertem Heleith Saffioti e Suely Almeida (1995). (Rodrigues *et. al.*, 2010, p. 72).

É no âmbito das construções políticas que mulheres rurais constroem na vivência com os movimentos sociais a qual participam e ensinam as suas filhas que este estudo se dirige, por isto as considerações discutidas até aqui necessitaram ser evidenciadas para que as nossas compreensões sobre mulheres rurais possibilitassem melhores entendimentos dos temas que serão discutidos posteriormente e, sobretudo, refletisse a base teórica a qual utilizaremos nas análises feitas.

3. Sociologia das Ausências e o campo social da produção

O quadro teórico da Sociologia das Ausências desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (Santos, 2003), procura demonstrar que aquilo que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, como uma alternativa não-credível ao que existe. A questão da não existência incide então numa invisibilidade produzida, numa descredibilidade construída de modo a apontar cenários sem alternativas. Nestes termos a Sociologia das Ausências é concebida como um novo conhecimento de leitura do mundo, que contempla uma realidade mais ampla, na qual inclui uma diversidade baseada fora do espectro das experiências difundidas e que vai além de uma verdade produzida como universal. Tendo por base estas questões a Sociologia das Ausências procura “transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (Santos, 2003, p.743).

Desta forma, vai se constituindo enquanto um método sociológico que permite experiências antes invisibilizadas pelo pensamento hegemônico passem a tornarem-se visíveis e credíveis. Por isto, a sociologia das ausências foge da linha das ciências sociais convencionais, haja vista que este modelo de ciência social construído nas mesmas bases do pensamento dominantes impossibilita a legitimidade de experiências outras que fogem dos parâmetros e critérios estabelecidos.

É nesta perspectiva que a Sociologia das Ausências funciona como uma lente que nos possibilita enxergar aquilo que estrategicamente foi produzido como inexistente. Oliveira (2008) faz uma comparação da Sociologia das Ausências ao trabalho do arqueólogo, na medida em que se propõe a descoberta, compreensão e incorporação de algo que já existe, mas que anteriormente sua existência era ignorada. No caso do nosso estudo, torna possível a visibilidade e credibilidade das experiências sociais no campo da produção das mulheres trabalhadoras rurais.

Neste campo social, na medida em que o sistema capitalista avança e cria raízes, noções de progresso e desenvolvimento passam, por sua vez, a assolar os sistemas de produção. Toda essa consolidação e essa marcha em direção ao aumento do lucro e acúmulo do capital, torna-se um campo hegemônico de poder.

Essa discussão da política macrosistêmica neoliberal que naturaliza as relações que envolvem o mercado capitalista, tornando ausentes outras possibilidade de produções fora dessa lógica, contém hoje correntes de pensadores/as que elaboram críticas fundamentadas em outros parâmetros para além das redes que detém a hegemonia do poder e do conhecimento. Sobre isto, Lander (2005) considera que

Nos debates políticos e em diversos campos das ciências sociais, têm sido notórias as dificuldades para formular alternativas teóricas e políticas à primazia total do mercado, cuja defesa mais coerente foi formulada pelo neoliberalismo. Essas dificuldades devem-se, em larga medida, ao fato de que o neoliberalismo é debatido e combatido como uma teoria econômica, quando na realidade deve ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório. (Lander, 2005, p.21)

Enxergando enquanto um discurso hegemônico que molda e legitima modelos de produção em detrimento de outros que fogem da lógica preconizada por este modelo civilizatório, que as produções capitalistas crescem e fincam suas raízes. Santos (2003) ressalta que há no campo da realidade uma infinidade de possibilidades outras de produção que foram marginalizadas ou sequer nem tentadas, em nome da soberania das produções capitalistas.

Na direção do contestamento desta força capitalista esmagadora, que várias problematizações colocam em questão, inclusive, as promessas antes realizadas. As noções do próprio desenvolvimento são colocadas em pauta, desestabilizando o que se entendia por progresso e desenvolvimento.

Nesta direção que os movimentos sociais, sobretudo aqueles que se caracterizam por preconizar uma sociabilidade alternativa articulam estratégias nesta direção. Nosso estudo está situado no âmbito de identificar experiências disponíveis existentes no âmbito da família que se materializam na relação mãe e filha. Por experiências de produção, entendemos aquelas relacionadas com os modos de organização e meios da produção, do trabalho e para a geração de renda.

4. Metodologia

O caminho metodológico construído ao longo do desenvolvimento deste estudo, parte do pressuposto de que a pesquisa, enquanto um procedimento sistemático, objetiva de acordo com seu processo, oferecer compreensões acerca de problemas que são propostos, assim se faz pesquisa a partir do desejo de conhecer algo inicialmente desconhecido (Gil, 2007). Aliada a essa discussão, compreendemos que as estratégias metodológicas organizadas pelo/a pesquisador/a, necessitam ser articuladas em volta do proposto objetivo da pesquisa. É em busca da melhor forma de atingir o objetivo inicial, que os caminhos metodológicos devem ser estipulados. Na intenção de melhor alcançar o objetivo inicial deste estudo, que discutiremos juntos a base teórica escolhida às abordagens e procedimentos adotados nesta pesquisa.

Por se tratar de um estudo a qual o objetivo maior consiste na descoberta de experiências políticas que trabalhadoras rurais ensinam as suas filhas nos vários campos sociais que atuam, a abordagem qualitativa de pesquisa por permitir um aprofundamento “no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (Minayo, 2002), nos fornece caminhos possíveis para alcance dos objetivos.

Enquanto tipo de pesquisa, este estudo foi pautado pelos princípios da pesquisa exploratória e explicativa, haja vista que a primeira possibilita uma visão geral do fato investigado, geralmente usada em temas pouco estudados. A segunda corresponde a um tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, explicando as razões e motivos de tais fatos (Gil, 2007). De fato, consideremos necessários esses dois tipos de pesquisa no nosso estudo, por tratarmos de questões referentes à complexidade do mundo da mulher rural, na relação com suas filhas no âmbito dos campos sociais que atuam.

No que se refere ao método utilizado, o escolhido foi o método do caso alargado. Este método nasce dentro do Estudo de Caso e a partir dele amplia suas implicações. Utilizamos inicialmente o estudo de caso, que é um estudo que requer um esforço do pesquisador, possibilitando que o mesmo sistematize um conhecimento abrangente e detalhado favorecendo um aprofundamento analítico nos aspectos da vida real, na descrição do contexto social e as explicações fenomenológicas destes. Deste outro escolhemos este método por se tratar de uma estrutura metodológica que fundamenta o trabalho com foco num aprofundamento da conclusão do estudo de caso, propiciando ampliar as considerações relevantes sobre o objeto de estudo. Favorece uma análise abrangente, ressaltando a diversidade e amplitude dos temas em questão na sociedade. Segundo Santos (1983) diz que:

Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou de único. A riqueza do caso não está no que nele é generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela

multiplicidade e profundidade das interações que o constituem (Santos, 1983, p.11).

Para o levantamento dos dados, nos utilizamos da técnica de pesquisa observação participante, entendendo esta, nos termos de Minayo (2002), como a forma do/a pesquisador manter contato direto com o fenômeno observado, tendo sua importância no fato de que seguindo esta técnica, podemos captar um campo vasto de situações que expressem relevância para a pesquisa. Dentro desta técnica, fizemos uso da entrevista semi-estruturada. Para além das relações interpessoais, esse exercício de pesquisa buscou através de consultas bibliográficas e acervos particulares informações que contribuíssem na construção de novos conhecimentos acerca da luta política das mulheres do campo.

Para o tratamento dos dados, utilizamos da técnica Análise de Conteúdo. Segundo Valla (2001) “a finalidade da análise de conteúdo será, pois efetuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Valla, 2001, p.104). Desta forma, a Análise de Conteúdo, através dos procedimentos que a técnica nos oferece, analisa os dados coletados objetivando responder a pergunta que orienta esta pesquisa.

5. Os Casos

Para discutir os resultados desvelados por este estudo, o quadro teórico da Sociologia das Ausências, possibilitou a organização das experiências vividas pelos movimentos sociais em estudo através do campo social da produção. Desta forma, foram agrupadas experiências que consideramos expressivas, procuramos conhecer essas experiências para posteriormente compará-las.

• Experiências de Produção MST

Enquanto movimento social do campo de abrangência e expressividade no Brasil, o MST desde sua formação no fim da década de 1970 constrói sua trajetória relacionada às articulações de luta pela terra. Não se detendo apenas a conquista da reforma agrária, a organização do movimento possui objetivos que caminham da direção de um modelo outro de sociedade, com bases em princípios de igualdade e justiça social. As questões ligadas aos modos de produção e geração de renda são tidas como eixos estruturadores que interagem e dialogam com outras pautas de luta do Movimento. Sempre tendo como ponto de partida a resistência como expressão da força coletiva, a aquisição da terra para a produção, seu ponto de chegada almeja a construção de um projeto de sociedade popular e democrático.

No campo da produção, a materialização dessas utopias é construída a partir dos princípios coletivos do Movimento, nos grupos de base, com determinada amplitude, quando está situada nos assentamento e faz parte do cotidiano do local, também no âmbito da família, quando essas práticas adentram o universo privado e altera as relações familiares. Em busca de conflitos e diálogos possíveis de modos de produção no âmbito da família, que com o auxílio do quadro teórico da sociologia das ausências, buscamos identificar experiências disponíveis que apontem para a vivência de modelos de produção e modos de vida que fuja da lógica hegemônica de produção capitalista. Santos (2002), na discussão sobre multiplicidade de modos de produção que foge da ordem vigente, ressalta que a realidade é um campo de possibilidades vasto e não se reduz ao que existe, há formas de produção que sequer foram tentadas em nome da soberania da produção capitalista.

Neste sentido é possível através da reflexão e da experimentação desses caminhos ampliar o universo de multiplicidade de experiências emancipatórias, neste campo (Santos 2003). Para fins esclarecedores, uma militante do MST diz sua experiência

Enquanto assentamento, passamos por vários processos, desde a formação de uma cooperativa, com toda a produção e coletivo, a produção e a renda produtiva, até o individual, cada um ter sua propriedade individual, mas muito tempo dentro dessa linha assim, do que é necessário pra a gente viver, por que por muito tempo e ainda se faz, pelo menos se procura trabalhar de uma forma mais ecologicamente correta, produzindo os alimentos em primeiro lugar. (MILITANTE MST 01, DIÁRIO DE CAMPO, 09/09/2012).

De fato, a consciência ecológica e a necessidade do autosustento estão circunscritas nessas práticas produtivas, consistem em um movimento contrário a força esmagadora do agronegócio, expressão por excelência das forças capitalistas em áreas rurais. Em complemento outra militante relata sua experiência.

Lá também tem, no meu assentamento, um área coletiva todo mundo planta junto, mas não é pra venda, é para consumo mesmo, como é área “cerqueira” de criar, todo mundo tem a área coletiva, todo mundo planta milho, planta feijão, planta abóbora, pra fazer aquilo. Para os animais, para o autosustento das famílias. (MILITANTE MST 02, DIÁRIO DE CAMPO, 09/09/2012)

Nas relações mãe-filha, a perpetuação das práticas e dos desejos utópicos e transformadores são traduzidas a partir da inserção das filhas nesses processos produtivos, o exercício dessas vivências forjam costumes e hábitos que resultam em dois tipos de efeitos de alto conteúdo emancipador. Santos (2002) os definem como um de nível individual, aquele situado nas mudanças relacionadas às condições de vida e a nível social no que se refere à difusão de experiências bem sucedidas.

- **Experiências de Produção MMTR/NE**

Na década de 1980 e a partir de discussões de mulheres trabalhadoras rurais sobre melhoria de vida e trabalho rural, o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste passa a se concretizar, com o objetivo de erradicar toda e qualquer forma de discriminação e opressão presente em relações de gênero, sobretudo no meio rural, o Movimento organiza estratégias e ações de empoderamento para as populações de mulheres rurais, atrelado à valorização e legitimação de suas identidades de gênero e do campo.

Pazutti (2006) diz que no contexto da modernização das atividades do campo, com a inserção de novas tecnologias e mudanças estruturais dos modos de produção, a relação que a mulher rural estabelece com a família no âmbito dessas mudanças, mantém as relações de subalternização, tendo seu trabalho subjulgado à condição de ajuda ou incluso no trabalho do marido ou do pai, as mudanças não rompe com os padrões tradicionais de submissão. (Panzutti, 2006). Nas relações do trabalho essa lógica predominante consiste em alvo de combate do MMTR/NE, é contra as noções de apêndice da mulher para com a figura masculina, marido ou filho mais velho, que o Movimento estrategicamente organiza ações contra essa lógica opressora.

Todas às atividades desenvolvidas pelo Movimento no que se refere às discussões sobre modos de produção e geração de renda, possui ênfase nos conteúdos que diz respeito às relações de gênero. Por ser um Movimento estritamente de mulheres, o caminho da autonomia financeira consiste em um meio pelo qual se consegue obter determinada autonomia econômica, este empoderamento por parte das mulheres, por sua vez, passa a ser uma das formas de quebrar com ciclos de opressão e discriminação. No entanto, este caminho passa a ser construído com bases em lógicas que priorizam a coletividade e o

bem estar social, haja vista que estes princípios compõem a luta do Movimento contra desigualdades de gênero no campo.

Desta forma, as experiências construídas neste setor possuem caráter cooperativista, solidários e agroecológicos. Para identificar essas experiências, o MMTR/NE possui um banco de dados sistematizados com experiências mais significativas nos nove estados que cobrem, as informações analisadas apontam para a presença de quintais produtivos agroecológicos em todos os estados, espaços protagonizados por mulheres trabalhadoras rurais que enxergam nesta organização produtiva possibilidade de autosustento, aliado ao consumo consciente e a luta por novas relações de gênero.

Eu também aprendi muito dentro do Movimento a questão da produção, aí quando a gente participa das atividades, quando eu participava das atividades do Movimento não só aqui na sede, mas quando a gente saía pra outros municípios, outros estados, em determinada comunidade eu aprendi muito, aí principalmente na questão da agroecologia, aproveitamento dos produtos, do aproveitamento não só de frutos, aproveitamento daquilo que você acha que não servia para nada, por exemplo, uma casca de uma banana, uma casca de uma fruta qualquer muitas vezes a gente jogava fora de qualquer jeito. (Militante MMTR/NE 01, DIÁRIO DE CAMPO, 11/10/2013).

A construção desse hábito, reconhecida e instigada pelo Movimento, envolve não só as mulheres que efetivamente participam do Movimento, mas adentra no universo familiar, moldando e afetando as relações do grupo. Esta relação uma militante relata.

A conversa no dia-a-dia, pra saber como cuidar e a importância disso aí, por que saber cuidar e não saber da importância talvez você nem ligue, por que uma coisa é você tomar um suco de couve sem agrotóxico, outra coisa é você tomar um refrigerante. Aí eu fui falando da importância. A importância disso aí, é tanto que lá na casa dela (da filha) não entra refrigerante, não entra enlatado, ela também segue um pouquinho da minha instrução. (Militante MMTR/NE 01, DIÁRIO DE CAMPO, 11/10/2013).

De fato, caminhar nesta direção demonstra seu caráter contra-hegemônico, forjando novos hábitos, a luta por modelos outros de vida se solidifica e ganha relevância, Santos (2002) considera a insistência na viabilidade e no potencial emancipatório que estas experiências possuem consistem na certeza da possibilidade de um novo mundo, baseado na crença do que já existem, as vivências coletivas através de modelos outros de produção que divergem da lógica do capitalista, como associações, cooperativas, quintais produtivos agroecológico, instalam nas relações familiares noções de solidariedade e altruísmo, contribuindo na formação de novas gerações de trabalhadoras rurais.

6. Comparação entre as Experiências de Produção do MST e do MMTR-NE

Compreendemos por experiências de produção aquelas relacionadas à geração de renda como também organização e modos de produção. As experiências aqui identificadas e comparadas possuem caráter contra hegemônico, partem de um princípio que divergem da ordem estabelecida pelas produções capitalistas, são produções que articulam o eixo da cooperação e da sustentabilidade como essência das ações construídas. Essas experiências nas relações que estabelecem com as forças e produções capitalistas esmagadoras, assim como Santos (2002) ressalta, são descredibilizadas quando não invisibilizadas em nome da soberania da lógica produtiva do capitalismo. Na tentativa de

transgredir esse discurso civilizatório que dita modos de vida (Lander, 2003), discutimos essas experiências vividas por mulheres militantes e ensinadas às suas filhas nos dois Movimentos comparados e as consequências da inserção desses princípios produtivos no âmbito da família.

Para o MST identificamos experiências de grupos com caráter cooperativista, em trabalhos com a agricultura que se interligam com o autosustento. A essência desses grupos se pauta primeiramente na utilização da terra para o alento do grupo, e que estabeleçam o sentimento da solidariedade para a sobrevivência de todos em detrimento de noções de competitividade e acúmulo do excedente. A mulher se insere nessas práticas nos grupos de mulheres que por vezes não estão atrelados à agricultura, mas a produção de artesanatos, por exemplo, ou em grupos mistos que seguem esta mesma lógica. Seja em grupos de mulheres ou nos mistos, a prática da produção consciente é instalada através da construção política que o Movimento insere cada militante, à luta que o Movimento se propõe de um projeto popular na construção de uma sociedade democrática perpassa a luta pela conquista da terra, mas não se acaba nela. A partir de então as formas de utilização da terra e as relações que são estabelecidas nesta produção também são preocupações do Movimento, é nesta direção que as noções de produções agroecológicas são construídas, os grupos além de manter o princípio da cooperação preocupam-se com a utilização dos recursos da produção.

Através desses processos produtivos, as filhas mediante as práticas materializadas em suas famílias e inseridas nesses processos produtivos, tecem novos caminhos de produção e constroem relações interpessoais com princípios oriundos desse mesmo processo produtivo, passam a partir do que vivem nestes espaços de geração de renda a construir sentimentos de colaboração e justiça social e utilizá-los nos questionamento de outras relações que vivem, como por exemplo, nas relações de gênero.

Para o MMTR-NE as experiências de produção que as mulheres vivenciam estão imbricadas com as questões de gênero, desta forma a geração de renda é elemento fundamental na emancipação social da mulher, nesta categoria instala-se a possibilidade de gestão dos recursos adquiridos e, nesta possibilidade, um dos caminhos que consiste a autonomia da mulher, sobretudo no que se refere a quebras de ciclos de opressão. Desta forma os quintais produtivos agroecológicos construídos pelas mulheres garantem além dessa autonomia econômica, a construção de uma produção dissociada de relações degradadoras da natureza, viabiliza modos de vida pautados no princípio de que a terra é o lugar do sustento, não da exploração desmedida dos seus recursos para o acúmulo de riquezas. As filhas neste processo também constroem esses princípios, através do diálogo e da práxis vivida, há no âmbito da família um movimento conscientizador que leva dessas produções os elementos que a constituem e estabelecem nas relações familiares. Forjam-se nas famílias mudanças de hábitos que atentam prioritariamente para as mudanças de hábitos e qualidade de vida.

Nos dois casos analisados, identificamos que as experiências de produção invadem outros âmbitos das vidas das mulheres militantes, perpassam as relações que os Movimentos propõem e invadem os lares modificando as relações. Embora as formas de produções construídas não tenham a finalidade de competir diretamente com os modos hegemônicos de produção, amplia o horizonte de possibilidades, demonstra que formas outras de produzir longe dos padrões dominantes estabelecidos.

7. Conclusão

No campo social da produção identificamos experiências de grupos de mulheres de cunho cooperativista que constroem sistemas de produção ligados ao autosustento, assim inferimos que os movimentos sociais do campo possuem estas características quanto aos aspectos produtivos, além de conceber indissociavelmente desses processos produtivos as questões relacionadas à sustentabilidade. Tais princípios cooperativistas, construído pelos movimentos sociais do campo, ultrapassam os limites das relações estabelecidas pela organização em si, invadindo os espaços familiares. A mãe possui papel

central nesta educação, haja vista que culturalmente foi estabelecida para a mulher a responsabilidade maior na criação dos/as filhos/as.

Nos dois casos analisados, toda essa aprendizagem construída no âmbito da família reflete nas relações mãe e filha, a educação construída, esta de caráter popular e sócio-transformador, prioriza processos formativos que caminham na direção da perpetuação da luta, por vezes há dificuldades nas relações com os cônjuges, quanto aos conhecimentos atrelados às desigualdades de gênero, no entanto as filhas são o foco de atenção, pois representam a continuação da luta.

Sendo assim, houve a tentativa neste estudo em trazer e dar visibilidade a algumas questões que envolvem a força dos conhecimentos construídos no âmbito dos movimentos sociais e na relação que as trabalhadoras rurais estabelecem com suas filhas, com intuito de, a partir de então outras questões serem problematizadas e discutidas tendo como centro esse grupo de mulheres que apresentam em diversos fatores características peculiares.

Referências

- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6º Ed.). São Paulo, SP, Brasil.: ATLAS.
- Lander, E. (2005). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. En : E. Lander (Ed). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* (pp.21-53). Colección Sur Sur, Buenos Aires, Argentina.: CLACSO.
- Minayo, M. C. S. (Org); Deslandes, S. F. & Cruz Neto, O. Gomes, R. (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* Petropolis, RJ, Brasil.: Vozes.
- Rodrigues, A. C & Scott, P. (2010). SARAIVA, Jeíza das Chagas. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. En: R. Cordeiro; M. Menezes, & P. Scott. *Gênero e Geração em Contextos Rurais – Ilha de Santa Catarina:* Editora Mulheres.
- Santos, B de S. (1983). Os Conflitos Urbanos no Recife: O Caso do "Skylab". *Revista Crítica, 11,* 9-59.
- Santos, B. de S. (2003). Para uma Sociologia das ausências e das emergências. En: B. de S. Santos, (Ed) *Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado.* Porto: Edições Afrontamento.
- Scott, P. (2010). Gênero e geração em contextos rurais. En: R. Cordeiro , M. Menezes, & P. Scott. *Gênero e Geração em Contextos Rurais – Ilha de Santa Catarina:* Editora Mulheres.
- Valla, J. (2001). A análise de conteúdo. En: S. Augusto Santo e P. J. Madureira. (Eds), *Metodologia das Ciências Sociais.* (pp. 101-128). Porto: Afrontamento.
- Oliveira, I. B. (2008). *Boaventura e a Educação.* (2 ed.). Belo Horizonte, MG, Brasil : Autêntica.
- Panzzuti, N. da P. (2006). *Mulher Rural: eminência oculta.* Campinas, SP, Brasil.: Editora Alínea.